

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO A RESPEITO DA CONCEPÇÃO DOCENTE NAS SÉRIES INICIAIS

ANDREZZA GRASIELLY COSTA^{1*}, VANESSA TAINARA DA CUNHA², EMANOELA MAGNA DA CUNHA³; MARDJA LUMA DA SILVA SALES⁴, RODOLFO DE AZEVEDO PALHARES⁵

¹ Eng. Agrícola e Ambiental, Mestranda em Manejo de Solo e Água, UFERSA, Mossoró-RN,
andrezza_grasielly@hotmail.com

² Eng. Agrícola e Ambiental, UFERSA, Mossoró-RN, tainara.vanessa@yahoo.com.br

³ Eng. Agrícola e Ambiental, UFERSA, Mossoró-RN, emanoelacunha@hotmail.com

⁴ Eng. Agrícola e Ambiental, Mestranda Ciências Naturais, UERN, Mossoró-RN, mardja_luma@hotmail.com

⁵ Eng. Civil, UFERSA, Angicos-RN, rodolfo.palhares@hotmail.com

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC' 2015
15 a 18 de setembro de 2015 - Fortaleza-CE, Brasil

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar o conhecimento dos docentes a respeito da educação ambiental nas séries iniciais. E, mais especificamente buscou averiguar a inclusão da temática como prevista na Lei nº 9.795/99. Foi utilizado como instrumento de pesquisa questionários, aplicados com os professores de duas escolas da rede Estadual de ensino, no município de Mossoró/RN, voltadas para a educação nas séries iniciais do ensino fundamental. Os resultados mostram que não existe uma observação mais cuidadosa a respeito da Lei nº 9.795/99 em ambas escolas, sendo trabalhada de forma bastante superficial.

PALAVRAS-CHAVE: Lei nº 9.795, Anos Iniciais, Prática Docente.

ENVIRONMENTAL EDUCATION: A STUDY CONCERNING OF TEACHERS CONCEPT IN THE INITIAL SERIES

ABSTRACT: This study aimed to analyze the knowledge of teachers about environmental education in the early grades. And more specifically sought to determine the inclusion of the theme as provided for in Law No. 9.795/99. It was used as an instrument of research a questionnaires with teachers of two schools of teaching state network in the municipality of Mossoró/RN, dedicated to education in the early grades of elementary school. The results show that there is closer observation about the Law No. 9.795/99 in both schools, and worked in a very superficial way.

KEYWORDS: Law No. 9795, Early Years, Teaching Practice.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental ainda se faz pouco presente no âmbito escolar. A mesma deveria estar inserida de forma interdisciplinar nas atividades didáticas. Porém, Adams et al. (2010) afirma que, há ausência de informações por parte dos docentes a respeito da Lei nº 9.795/99, que rege sobre a educação ambiental no país. Segundo a referida Lei, em seu capítulo I, Art. 2º, “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999). Todavia, corriqueiramente fica muito a critério dos professores das áreas de Ciências Biológicas instruir sobre educação ambiental para os alunos.

Dessa forma, a pesquisa objetiva analisar o conhecimento dos docentes a respeito da educação ambiental nas séries iniciais. E, mais especificamente busca-se: averiguar a inclusão da temática como prevista na Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Bem como, averiguar como a Educação Ambiental está inserida no ensino e identificar as ações educativas das escolas.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido com professores das séries iniciais do ensino fundamental de duas escolas da rede estadual de ensino, do município de Mossoró/RN. O critério inicial utilizado para escolha das duas escolas constituiu em fazer uma comparativa entre uma escola estadual que trabalhava com projetos voltados para a educação ambiental, e outra da mesma rede de ensino que não trabalhava de forma direta com a temática em questão. O município de Mossoró, como está representado na figura 1, está localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, pertence à mesorregião do Oeste Potiguar e à microrregião homônima. O município está localizado entre as capitais Natal (RN) e Fortaleza (CE), distando cerca de 278 e 245 km, respectivamente.

A Escola A, está voltada somente para a educação de criança nas séries iniciais do ensino, de 1º ao 5º ano, funcionando apenas no período matutino, e possui 7 professores lecionando nos referidos anos. Do mesmo modo, a Escola B possui 7 professores que estão distribuídos do 1º ao 5º ano, funcionando no período matutino, com exclusividade no ensino das séries iniciais, funciona nos demais turnos, com outras modalidades de ensino.

Para o levantamento de dados foi trabalhado na perspectiva exploratória, caracterizando um estudo de caso em duas instituições escolares, utilizando no primeiro a pesquisa bibliográfica através de levantamento de dados históricos sobre a educação ambiental no Brasil e no mundo, como também a respeito da legislação vigente sobre a temática e a relação da mesma com o ensino fundamental das séries iniciais. A pesquisa pautou-se na documentação direta, através de observações e análise, bem como indireta com pesquisas bibliográficas e pesquisa documentais, assim, caracterizando um estudo de caso.

Foi utilizado questionários como instrumento de pesquisa, que de acordo com Prodanov & Freitas (2013) é o sistema de coleta de dados que obtém informações diretamente do entrevistado. Dessa forma, o mesmo foi aplicado com 92,86% dos professores das séries iniciais do ensino fundamental das duas escolas, com exceção de um professor da Escola A, que não pôde contribuir com a pesquisa.

O questionário foi composto por perguntas doze perguntas abertas e uma fechada. Inicialmente foi destinado um espaço para preenchimento dos dados pessoais, como o nome, idade e gênero. Posteriormente, foi questionado a respeito da formação acadêmica e experiência profissional, concluiu-se com indagações voltadas para a educação ambiental e a sala de aula, tomando como base a Lei nº 9.795. Juntamente com os questionários foram entregues um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual explicou a finalidade da pesquisa, assegurando-lhes também que a pesquisa não trará prejuízo na qualidade e condição de vida e trabalho dos seus participantes, salientando que as informações seriam sigilosas, e que não haveria divulgação personalizada das informações.

Após a coleta, os dados foram tabulados, onde utilizou-se de procedimentos de análise descritiva, obtendo-se, dependendo da variável estudada, valores da média. Assim também foram obtidos, o valor da frequência relativa percentual, expressa na forma de gráficos, depende da adequação a variável e, conseqüentemente, ao estudo para que ocorresse a interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os docentes da Escola A são do gênero feminino, estando 16,67% dos professores na faixa etária entre 26 e 30 anos, e 83,33% possuem mais de 35 anos. Todos professores da Escola B são do gênero feminino, e no que diz respeito a faixa etária, 33,33% estão entre 31 e 35 anos, e 83,33% possuem mais de 35 anos.

No que se refere a formação acadêmica, todos os professores da Escola A possuem nível superior completo, somente 16,67% possuem mais de uma formação e 33,33% possuem pós-graduação, no nível de especialização. Na Escola B, cerca de 28% dos professores não responderam os dados referentes a formação acadêmica, e os demais (71,43%) relataram possuir nível superior completo. Todavia, somente 28,57% possuem alguma pós-graduação, todos a nível de especialista.

Ao questionar a respeito da presença da Educação Ambiental em alguma Lei Federal todos os professores da Escola A afirmaram conhecer leis que tratam da temática em questão. Entretanto, 42,86% dos professores da Escola B afirmaram não saber se a Educação Ambiental estava prevista por leis, e os demais afirmaram que havia Leis voltadas para a Educação Ambiental. Trevisol (2003)

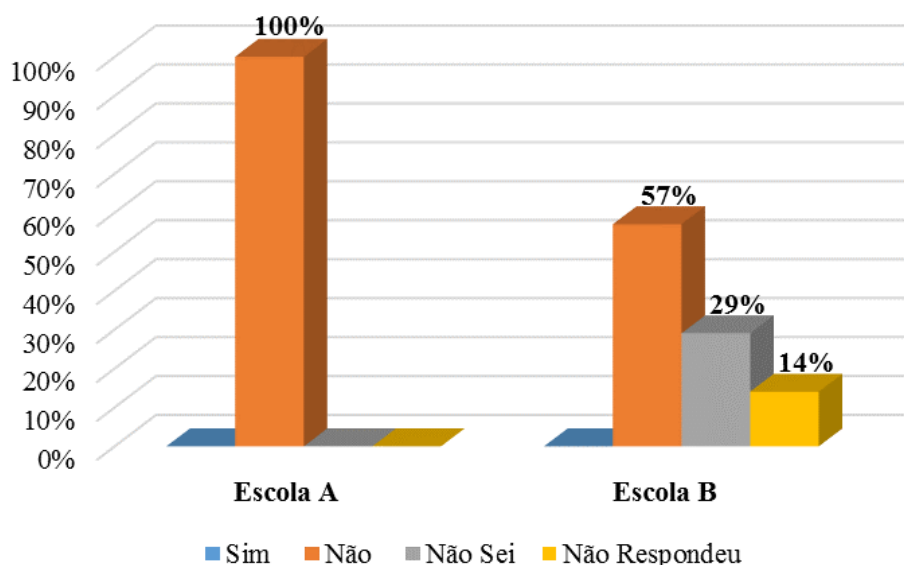
mostra uma realidade semelhante a Escola B, no qual a grande maioria dos informantes não conheciam ainda os documentos essenciais da educação ambiental, e 52,3% afirmaram desconhecer a Lei nº 9.795/99, e somente 9,1% dos professores asseguraram usar a referida lei com frequência.

A Escola A por estar inserida nas dependências de uma universidade, favorece a propagação do conhecimento da educação ambiental, existindo parcerias em projetos da universidade com a referida escola, estando todos os professores informados sobre a legislação vigente. Já a situação dos professores da Escola B é mais delicada, visto que quase 50% dos professores expuseram não ter conhecimento a respeito de nenhuma Lei, e quase 30% não souberam informar se havia justo algo específico durante a graduação, fator esse que pode estar associado a ausência de informação.

Contudo, a Lei nº 9.795 está em vigor a mais de 15 anos, no entanto ainda existe muitas irregularidades a respeito das questões abordadas na educação, não só no que se refere as séries iniciais, mas em todas as modalidades de ensino. Moreira & Messeder (2009) enfatiza que faz-se necessário primeiramente uma discussão com toda a comunidade para que posteriormente a educação ambiental seja inserida no cotidiano escolar.

Ao se tratar da formação dos professores da Escola A, todos afirmaram não terem visto nada específico voltado para a Educação Ambiental durante a graduação. Os professores da Escola B, em sua maioria, informaram não terem visto nada específico voltado para a Educação Ambiental durante a graduação (57%), já 29% dos docentes não souberam informar, e 14% não responderam, Figura 1. Os referidos resultados corroboram com os de Moreira & Messeder (2009), no qual 54,7% dos professores afirmaram que não tiveram nenhum contato com o tema durante a sua formação acadêmica, e os demais, 45,3% dos entrevistados, viram em sua formação acadêmica à abordagem de Educação Ambiental.

Figura 1. Percentual de professores que viram conteúdo específico voltado para a Educação Ambiental durante a graduação, Escolas A/B, Mossoró/RN.



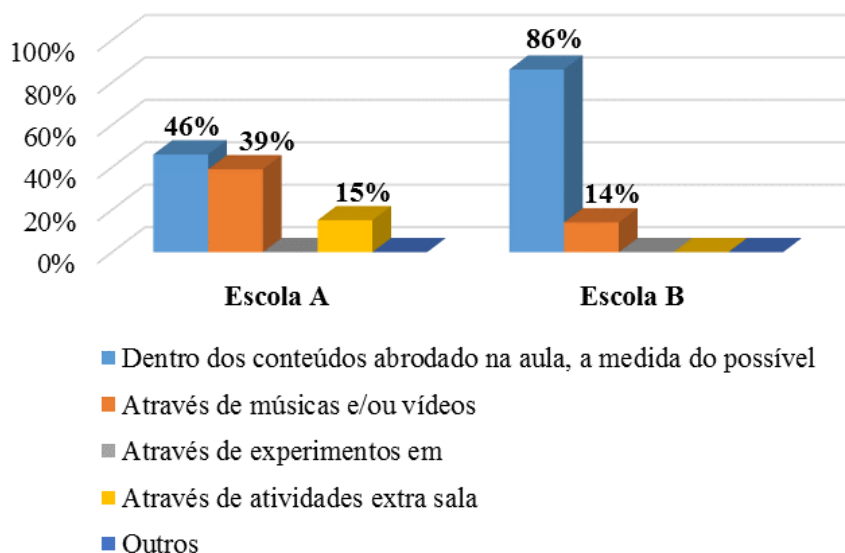
Fonte: Dados de pesquisa (2014).

Embora de todos os professores da Escola A terem garantido que possuíam conhecimento a respeito de alguma Lei Federal voltadas para a Educação Ambiental, os mesmos afirmaram não ter visto nada específico durante a graduação. Apesar disso, Pinesso (2001) aponta que é de suma importância o conhecimento por parte dos professores dos problemas ambientais locais, servindo de ferramenta para o planejamento das atividades. Além disso, torna-se primordial para o ensino das séries iniciais a trabalhabilidade com questões referente a problemática local, devido se tratar de um universo acessível.

A educação ambiental na Escola A é trabalhada principalmente através dos conteúdos abordados em sala de aula, como também através de músicas ou vídeos, como está representado na figura 2. Na Escola B os professores da trabalham a Educação Ambiental através dos conteúdos

abordados em sala de aula, equivalente a 86% dos docentes, e apenas 14% utilizam ferramentas audiovisual e/ou músicas. Para Pinesso (2001), apesar das dificuldades na utilização dos recursos tecnológicos das professoras com idade superior a 35 anos, existe interesse por parte das mesmas em utilizar esses recursos. Segundo Oliveira (2001), os educadores buscam enriquecer as aulas de forma diversificada, através de outros recursos, que vão desde os meios de comunicação até a realidade dos alunos, o que favorece o aprendizado.

Figura 2. Formas de se trabalhar a Educação Ambiental nas Escolas A/B, Mossoró/RN.



Fonte: Dados de pesquisa (2014).

CONCLUSÕES

Ao analisar as escolas foi perceptível que não existe uma observação mais cuidadosa a respeito da Lei nº 9.795/99 em ambas escolas, sendo trabalhada de forma bastante superficial. Porém, na Escola B o estado é bem mais crítico, visto que alguns professores não têm conhecimento a respeito de lei alguma, estando a parte inclusive da lei que trata da Educação Ambiental e suas exigências. Entretanto, existe interesse por parte dos discentes em trabalhar com a temática, e todos têm consciência da importância da educação ambiental no ensino das séries iniciais.

REFERÊNCIAS

- Adams, B. G. et al. Educação ambiental à distância: capacitação em documentos referência. Monografias Ambientais, Santa Maria, v. 1, n. 1, p.46-59, jan. 2010.
- Brasil. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 26 Jun. 2015.
- Moreira, S. R.; MESSEDER, J. C. Educação ambiental: um estudo investigativo junto a professores da rede pública de Nova Iguaçu (RJ). In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência, 7. 2009, Florianópolis, Anais. Florianópolis: ENPEC, 2009.
- Oliveira, M. F. Saberes e práticas sobre o meio ambiente entre professores das séries iniciais de ensino fundamental: reflexões para o Desenvolvimento de uma Consciência Ambiental. 2001. 77 f. Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade da Amazônia, Belém, 2001.
- Pinesso, D. C. C. A questão ambiental nas séries iniciais: prática de professoras do Distrito Anhanguera – São Paulo. 2006. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.
- Trevisol, J. V. Os professores e a educação ambiental: um estudo de representações sociais em docentes das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Santa Catarina, 2003. 20 p.